

61% veem elo de militares com irregularidades sob Bolsonaro

61% veem envolvimento de militares em irregularidades no governo Jair Bolsonaro

Pesquisa Datafolha mostra que investigações, como nos casos do 8 de janeiro e das joias, afetaram imagem das Forças Armadas

Igor Gielow

SÃO PAULO Para 61% dos eleitores brasileiros, oficiais das Forças Armadas estiveram envolvidos em irregularidades durante o governo do capitão da reserva do Exército Jair Bolsonaro (PL). Já 25% não acreditam na hipótese, e 14% dizem não saber.

Os dados da mais recente pesquisa do Datafolha ajudam a delimitar o tamanho do estrago na imagem dos militares brasileiros devido à sucessão de casos sob investigação em que fardados ligados ao governo Bolsonaro surgem com destaque. Institucionalmente, a mais numerosa apuração é sobre os atos golpistas de 8 de janeiro, na qual o papel de militares do Exército que deveriam guardar o Palácio do Planalto é questionado. Muitos dos vândalos que atacaram as sedes dos três Poderes naquele domingo estavam acampados havia semanas na frente do Quartel-General da Força, sem serem incomodados. Militares não estão no rol conhecido de julgados pelas invasões, que teve suas três primeiras condenações na semana passada. Mas o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal, tem o resultado do inquérito do Exército que apurou o ataque e não apontou crimes militares naquele dia — o que não significa que não houve delitos de outras naturezas cometidos por fardados.

Do ponto de vista de visibilidade e percepção popular, o caso das joias saídas recebidas como presente pelo ex-presidente chama talvez mais atenção. Aqui, a figura do tenente-coronel Mauro Cid, então ajudante de ordens de Bolsonaro, é central. Ele foi preso por falsificar dados de vacinação contra Covid-19, mas já era oviado acerca do seu papel na tentativa de reaver joias que a Receita havia retido no aeroporto de Guarulhos quando outro militar, o almirante e então ministro das Minas e Energia Bento Albuquerque, tentou trazê-las como presente para o casal presidencial de uma viagem de trabalho à Arábia Saudita.

As investigações avançaram, e Cid foi solto no último dia 9, após concordar fazer uma declaração premiada sobre o caso. Segundo a revista Veja, ele disse que vendeu relógios ligados com Bolsonaro no avião presidencial na antevéspera do fim do governo para os EUA e usou a conta americana de seu pai, um general de quatro estrelas da reserva honorário, na transação.

Por fim, diz a revista, ele confessou à PF ter dado o dinheiro vivo em mãos para Bolsonaro na Flórida, onde o ex-presidente passou três meses em exílio voluntário. Bolsonaro nega irregularidades, assim como o pai de Cid e outros envolvidos.

Com efeito, a crença no envolvimento de militares é maior entre aqueles 77% que se dizem informados sobre o caso das joias: 65%, ante 24% que não a têm. O índice vai a 69% entre aqueles mais ricos, com renda mensal acima de 10 salários mínimos, e a 70% entre moradores do Nordeste, base eleitoral do PT.

Como em quase tudo na polarização brasileira, o corte entre petistas e bolsonaristas também se vê neste caso: 84%



O então presidente Jair Bolsonaro (PL) participa de cerimônia de troca no comando do Exército em Brasília

Posicionamento político declarado pela opinião pública sobre os militares na política

49% acreditam que militares não deveriam ter cargos no governo; 47% acham que deveriam



Oficiais das Forças Armadas estiveram envolvidos em irregularidades cometidas no governo Bolsonaro para 61% dos entrevistados



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 2.016 pessoas de 16 anos ou mais em 139 municípios pelo Brasil nos dias 12 e 13/09; a margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos.

dos primeiros veem envolvimento militar, enquanto 25% dos segundos o descartam. O Datafolha ouviu a 216 pessoas na terça-feira (12) e na quarta (13), em 139 cidades. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Brasileiros se dividem sobre participação de fardados no Executivo

Objeto de discussão desde que Jair Bolsonaro (PL) chegou seu governo com figuras egressas da caserna, algumas delas do serviço ativo, a presença de militares no Executivo divide os brasileiros. Para 49%, fardados não deveriam integrar administrações civis, enquanto 47% acham o contrário.

Os dados são da mais recente pesquisa do Datafolha, que ouviu 2.016 pessoas nos dias 12 e 13 deste mês em 139 cidades. A margem de erro é de dois pontos, para mais ou para menos.

Em 2022 e 2021, o Datafolha fez a mesma questão, mas ela era composta pela afirmação introdutória "O governo Bolsonaro tem vários militares no ministério e em cargos diversos".

Por isso, os resultados não são diretamente comparáveis com a pergunta atual, sem a introdução de contexto, que já inexistia. Nas ocasiões anteriores, a rejeição à presença fardada era maior, chegando a 58% em julho de 2021.

O tema segue causando polêmica. O governo Lula (PT) preparou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para vetar a ida de militares da ativa para o primeiro escalão do Executivo e para a disputa de eleições.

Hoje isso é possível, e a possibilidade de retornar aos quartéis após perder uma eleição é vista como um dos maiores riscos de politização da tropa. Em relação ao governo, a medida não atingiria em tese aqueles deslocados para funções secundárias afetadas à área militar, como no Ministério da Defesa ou no Gabinete de Segurança Institucional.

Mas a ideia foi bombada no berço, e bastou uma reunião da Defesa com outros áreas para definir que a proposta deverá ser diluída, abrindo a possibilidade de nomear ministros fardados.

No governo Bolsonaro, chegou a haver 10 em 23 pastas, com casos problemáticos notórios, como o da condução do combate à pandemia pelo general da ativa Eduardo Pazuello na Saúde, que ocorreu alinhado ao negacionismo esposado pelo presidente.

Lula tem uma relação delicada com os militares por associá-los à gestão anterior e por incidentes como a posse de um habitus copias para o hoje presidente em 2018, o que não facilitou o diálogo, apesar do trabalho de acomodação tocado pelo ministro José Múcio (Defesa) e pelos três comandantes de Força.

A maior resistência à presença de fardados no governo vem daqueles 49% que se declaram petistas (99% muito, 14% um pouco); 66% são contra. É a maior aceitação à ideia parte dos 27% (25% muito, 7% pouco) bolsonaristas que compõem a polarização nacional, com 67% de apoio. Outro segmento associado ao bolsonarismo, como o dos evangélicos, também demonstrou mais apoio à presença fardada: 58%.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6